



[Handwritten signature]

**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
06 DE DEZEMBRO DE 2016

N.º 25/2016

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pág.

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 23 de novembro de 2016..... 4
- 2 – Construção de Fossa Séptica – Rede de Saneamento de Fontes - Aquisição de Prédio
Rústico – Lugar do Outeiro – Fontes..... 6

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- 3 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal 7
- 4 – Venda de Prédio em Balôta – Fontes..... 7

Serviços de Tesouraria

- 5 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 11 a 30 de novembro de 2016 9

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 6 – Delegação de Competências - Informação do Vereador em Regime a Tempo Inteiro,
José Manuel Moreira Lopes..... 10
- 7 – Legalização de uma Moradia Unifamiliar – Requerente João Manuel Dias Bernardo – da
União de Freguesias Louredo e Fornelos..... 10
- 8 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003,
de 23 de agosto – Requerente: António Queiróz de Vasconcelos Lencastre – União das
freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane..... 13

UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviço do Desporto

- 9 – Associação Futebol Clube Sana Marta de Penaguião – Pedido de Apoio..... 15



Serviço da Ação Social

- 10 – Fundação Luís Vicente – Aquisição de Camas Articulasdas – Pedido de
Comparticipação Financeira..... 16

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 11 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião..... 17



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia
23 de novembro de 2016**

----- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 23 de novembro de 2016: -----

----- “PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 1.1 – Ata da sessão ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2015 - Aprovada, por maioria. -----

----- Ponto 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações e esclarecimentos - Tomado Conhecimento. -----

----- Ponto 1.3 – Propostas apresentadas pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e pelos grupos de cidadãos “Fazer mais pela nossa terra” e “Por Medrões sempre”; -----

----- Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Eng.º José Manuel Lello Ribeiro de Almeida. – Aprovado, por unanimidade. -----

----- Voto de Louvor e Congratulação ao Senhor Eng.º António Manuel de Oliveira Guterres, pela nomeação ao Cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. - Aprovado, por unanimidade. -----

----- PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 2.1 – Apreçar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) - Tomado Conhecimento. -----

----- Ponto 2.2 – Deliberar sobre as propostas de alteração do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos que Frequentam o Ensino Superior (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 02 de novembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.3 – Deliberar sobre as propostas de alteração do Regulamento Municipal para Atribuição de Comparticipação em Medicamentos (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 25 de 06 de dezembro de 2016



n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 02 de novembro de 2016) -
Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.4 - Deliberar sobre a proposta para aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão (alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 02 de novembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.5 – Deliberar sobre a proposta de constituição de empresa local “Águas do Interior Norte, EM, SA”, de transferência da gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, do contrato de gestão delegada e respetivos documentos (n.º1 do artigo 22.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - Deliberação da Câmara Municipal de 15 de novembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.6 – Deliberar sobre a aprovação do Mapa de Pessoal para 2017 (alínea o), n.º1, artigo 25.º do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 28 de outubro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.7 – Deliberar emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º127/2013, de 21 de junho – Deliberação da Câmara Municipal de 28 de outubro de 2016) - Aprovado, por maioria. -----

----- Ponto 2.8 – Deliberar sobre a aprovação dos documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2017 (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 28 de outubro de 2016) - Aprovado, por maioria. -

----- Ponto 2.9 – Deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias – Aprovar as minutas dos contratos interadministrativos no âmbito do Apoio Pontuais para Investimentos e do “Programa Ocupacional” (alínea j), n.º1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 28 de outubro de 2016) - Aprovado, por unanimidade.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



Construção de Fossa Séptica – Rede de Saneamento de Fontes

- Aquisição de Prédio Rústico – Lugar do Outeiro – Fontes

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Para a execução da rede de saneamento de Fontes, a Câmara Municipal em sua reunião realizada no dia 23 de Janeiro de 1989, deliberou adquirir por compra ao Senhor Alcino Magalhães Mesquita e irmão um prédio sito no lugar do Outeiro, da freguesia de Fontes, onde foi construída uma fossa séptica, a qual se encontra atualmente desativada, pelo preço de 350.000\$00 (1.745,79€). -----

----- Trata-se do prédio rústico com a área de 500m², composto de cultura arvense de regadio, situado no lugar do Outeiro, freguesia de Fontes, inscrito na matriz predial rústica da mesma freguesia sob o artigo 1.559 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 8.132, a favor de Rosa Taveira Magalhães (1/2), casada no regime da comunhão geral de bens com Joaquim Monteiro Ribeiro e de Zélia Magalhães ou Zélia Taveira Magalhães (1/2), casada sob o regime da comunhão geral de bens com Alcino Correia Mesquita.

----- Aquando da negociação com o Senhor Alcino Mesquita para a compra de um prédio destinado à requalificação do Largo da Carreira, daquela freguesia, foi-me dito que o Município se encontrava em dívida para com ele, uma vez que teria vendido o prédio supra para o fim mencionado e não lhe teria sido pago o valor da venda. -----

----- Na verdade, consultado pelos respetivos Serviços Municipais, o livro de Escrituras Diversas do Notário Privativo deste Município, não foi encontrada qualquer escritura de promessa de compra e venda ou escritura de compra e venda do referido prédio, nem se tem conhecimento que tenha sido assinado qualquer contrato particular de promessa de compra e venda ou semelhante e que o Município tenha pago aos vendedores qualquer importância referente à venda desse mesmo prédio.

----- Dado que a fossa se encontra atualmente desativada, foi proposto ao Senhor Alcino Magalhães Mesquita que o referido prédio voltasse à sua posse e fruição efetiva do mesmo, proposta essa que foi recusada com o fundamento de que o custo a suportar pela sua demolição seria superior ao preço então negociado, devendo, neste caso, ser a Autarquia a assumi-lo e, uma vez não ser do interesse do Município realizar essas obras de demolição, como compensação indemnizatória, ficando o prédio ocupado com a fossa, não retiraria dele qualquer rendimento. -----



----- Assim, tendo em conta os factos acima descritos, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere: -----

----- 1 – Ratificar a deliberação tomada pela Câmara Municipal em 23 de Janeiro de 1989 que aprovou a aquisição do prédio acima referido, bem como proceder ao pagamento do preço da compra do prédio no valor de 1.750€ (mil setecentos e cinquenta euros); -----

----- 2 – Celebrar com os vendedores um contrato de promessa de compra e venda, procedendo o Município na data da sua assinatura ao pagamento da totalidade do preço, sendo a escritura de compra e venda celebrada logo que estejam reunidas as condições legais para o efeito.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da proposta.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente da
Câmara Municipal**

----- 3 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 08 a 29 de novembro de 2016. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Venda de Prédio em Balôta – Fontes

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----



----- “A Câmara Municipal por deliberação tomada na sua reunião realizada no dia 18 do mês de Outubro último, aprovou, por unanimidade, autorizar nos termos da proposta subscrita pelo Exm.º Senhor Presidente da Câmara, a alienação ao Senhor **Alberto Gouveia**, residente na Freguesia de Fontes, de um prédio inscrito na matriz predial urbana da referida Freguesia sob o artigo 1.444 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 4633/20160905, daquela mesma Freguesia, onde se encontra implantada uma fossa séptica para a rede de saneamento daquela Autarquia, pelo facto de atualmente se encontrar desativada e não constituir qualquer utilidade pública e para o Município. -----

----- A deliberação referida é do seguinte teor: “*Aprovar, por unanimidade, alienar o terreno ao Senhor Alberto Gouveia, pelo preço de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro*”. -----

----- Por questões de celebração da escritura de compra e venda e da exigência dos correspondentes Serviços do Registo Predial, daquela deliberação dever constar o número do artigo da inscrição matricial e da sua descrição na Conservatória do Registo Predial, pelo que se sugere que em sede de reunião do Executivo Municipal se proceda à sua retificação passando a mesma a ser do seguinte teor: -----

----- “*Aprovar, por unanimidade, alienar ao Senhor Alberto Gouveia o prédio inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Fontes sob o artigo 1.444 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 4633/2016095, da referida Freguesia de Fontes, pelo preço de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro*”. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder a retificação da deliberação tomada na reunião realizada no dia 18 do mês de outubro, passando a mesma a ser: -**
“Aprovar, por unanimidade, alienar ao Senhor Alberto Gouveia o prédio inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Fontes sob o artigo 1.444 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 4633/2016095, da referida Freguesia de Fontes, pelo preço de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro” -----



----- A Senhora Vereadora do PPD/PSD, Prof.ª Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, ausentou-se aquando da discussão e votação deste ponto. -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa de 11 a 30 de novembro de 2016

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 11 a 30 de novembro de 2016, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	30/11/2016
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		333 230,81	Despesas Orçamentais (*)	6 165 778,96
Execução orçamental	154 540,37		Correntes	4 665 093,72
Operações de tesouraria	178 690,44		Capital	1 500 685,24
			(*) Compromissos	7 405 544,12
Receitas Orçamentais		6 266 618,23	Operações de tesouraria	487 986,03
Correntes	5 398 459,22		Saldo para o dia seguinte:	337 806,40
Capital	868 159,01		Execução orçamental	540 470,06
Operações de tesouraria		391 722,35	Operações de tesouraria	82 426,76
Total		6 991 571,39	Total	6 991 571,39

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Delegação de Competências - Informação do Vereador em
Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes**

----- 6 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de novembro que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Legalização de uma Moradia Unifamiliar – Req. João Manuel
Dias Bernardo – Fornelos**

----- 7 – Presente à reunião requerimento do Senhor João Manuel Dias Bernardo, registado sob o n.º 1255, a solicitar o licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de construção de um imóvel pré-existente, destinado a uma habitação unifamiliar e anexo, da União de Freguesia de Louredo e Fornelos. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- 1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento n.º 1255/16, referente ao processo n.º 22/16, o Sr. João Manuel Dias Bernardo, solicita pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de construção de um imóvel pré-existente, destinado a uma habitação unifamiliar e anexo, situado Largo do Etreido n.º 4, Fornelos, freguesia de Louredo e Fornelos no concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- A Operação Urbanística é ilegal por falta de emissão do Alvará conforme previsto no n.º 1 do artigo 74º do RJUE. -----



----- De acordo com a Certidão Permanente apresentada, o prédio urbano tem a área total de 106,00 m², área coberta de 90,6m² e área descoberta de 15,4m², está inscrito na matriz com o n.º 88, da antiga freguesia de Fornelos sob o n.º 1444/20130415. -----

----- O local é abrangido pela Zona Especial de Protecção ao Alto Douro Vinhateiro, classificada como Património da Humanidade, estabelecida pelo Aviso n.º 15170/2010, DR 2.ª Série, N.º 147, de 30 de Julho. -----

----- 2. ANTECEDENTES/TRAMITAÇÃO -----

----- 23/06/2016 – Informação técnica n.º 308/2016, nos termos da qual foi solicitado parecer à DRCN. -----

----- 04/07/2016 – Auto de Vistoria do qual resultou o parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correcção e/ou adaptação do edifício, objecto de pedido de legalização das obras de reconstrução. O edifício encontra-se em bom estado de conservação, não necessitando de obras de conservação interiores ou exteriores. -----

----- 22/07/2016 – Recepção por parte da DRCN de parecer favorável. -----

----- 26/07/2016 – Informação técnica n.º 347/2016, nos termos da qual foi notificado o requerente, concedendo-lhe um prazo de 30 dias úteis, para que proceder à correcta instrução do pedido referido no ponto 5.2 da informação (Artigo 26º do RMUE em vigor). -----

----- 07/09/2016 – Apresentação por parte do requerente de cópia de Certidão Notarial atestando que o prédio foi inscrito na matriz no ano de 1937 (Documentos referidos nos N.ºs 1 e 3 do artigo 26º do RMUE em vigor). -----

----- 15/09/2016 – Informação técnica n.º 397/2016, nos termos da qual foi notificado o requerente, concedendo-lhe um prazo de 20 dias úteis, para que proceder à entrega dos seguintes elementos:

- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de Julho; Termo de Responsabilidade, Segurança, Solidez e Salubridade; Certificado emitido no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Energética; Ficha de Segurança Contra Incêndio; Factura da electricidade; Factura do telefone; Declaração a atestar que a zona não está coberta pelo abastecimento de gás natural canalizado. -----

----- 31/10/2016 – Requerimento apresentando os elementos solicitados na informação técnica n.º 397/2016. -----

----- 3. Número 3 do Artigo 102.º - A do RJUE conjugado com os N.ºs 1,2 e 3 do Artigo 23 do RMUE



----- Os documentos apresentados ou sua dispensa (Ficha de Elementos Estatísticos, Termo de Responsabilidade Segurança Solidez e Salubridade, Certificado emitido no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Energética; Ficha de Segurança Contra Incêndio, Fatura da electricidade; Fatura do telefone; Declaração a atestar que a zona não está coberta pelo abastecimento de gás natural canalizado) cumprem o disposto no n.º 3 do Artigo 102.º-A do RJUE, bem como os n.ºs 1,2 e 3 do Artigo 23º do RMUE. -----

----- 4. CONCLUSÃO/PROPOSTA -----

----- Pelo exposto, considerando que não há necessidade de obras a efectuar, sou de parecer que o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização. -----

----- Sobe com informação da Chefe da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

----- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 25.º do RMUE), sou a propor adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

----- a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no Art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;

----- b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel; -----

----- c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização, o interessado deverá, nos termos do preceituado na alínea b) no n.º 2, do artigo 25.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 3 meses, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----



**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo
54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: António
Queiróz de Vasconcelos Lencastre – União das freguesias de
Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane**

----- 8 – Presente à reunião requerimento do Senhor António Queiróz de Vasconcelos Lencastre, na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, António Queiróz de Vasconcelos Lencastre, na qualidade de proprietário, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura doação dos prédios que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico situado no lugar do Cebolinho, com a área de 8187,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 335-2A, da União de Freguesias das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 2357. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de propriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 25 de 06 de dezembro de 2016



----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----
----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
335-2 A	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Agrícolas</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----
----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade na proporção de 1/3 para cada um dos 3 netos no artigo supra. -----
----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----
----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de doação, visando a constituição de compropriedade no artigo 335-2ª, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----
----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição da compropriedade requerida. -----
----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço do Desporto

Associação Futebol Clube Santa Marta de Penaguião

– Pedido de Apoio

----- 9 – Presente à reunião ofício da Associação Futebol Clube Santa Marta de Penaguião, registado sob o n.º 2318, de 25 de novembro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “A Associação Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião (AFCSMP) é uma associação que visa a melhoria da qualidade de vida dos atletas, promovendo a educação e formação pessoal de todos os jovens do concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- A Associação Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião conta até ao momento com uma massa associativa de 250 sócios e com uma claqué de 30 jovens que nunca perdem a oportunidade de acompanhar a equipa de futebol e de os apoiar em todos os jogos que são realizados fora do nosso concelho. -----

----- Considerando que os jovens da claqué da Associação Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião, os sócios e simpatizantes manifestaram interesse em acompanhar a equipa nos jogos que são realizados, considerando que o seu apoio é um fator de elevada importância para o sucesso dos atletas e de toda a Associação. -----

----- Considerando que os jogos realizados em alguns concelhos do Distrito de Vila Real, tornam-se em viagens muito longas, tornando-se assim numa despesa inoportuna para a Associação, vimos por este meio pedir a V/ Excelência que nos atribua um apoio de 600 euros para que consigamos assegurar o transporte destas pessoas, que são a vida deste clube.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 600,00€ (seiscentos euros) referente às deslocações, a Vilar de Predizes e a Boticas.** -----



Serviço da Ação Social

**Fundação Luís Vicente – Aquisição de Camas Articuladas
– Pedido de Participação Financeira**

----- 10 – Presente à reunião ofício da Fundação Luís Vicente, registado sob o n.º 2395, de 02 de dezembro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “Como é nossa intenção permanecer melhorar os serviços que prestamos e tendo em consideração que esta instituição tem muitos clientes, na situação dependência, sentimos necessidade de adquirir quarenta camas articuladas, cujo orçamento global é no valor de 34.200,00Euros. Como não temos capacidade financeira para suportar o custo do referido orçamento, vimos pelo presente solicitar a esse Município superiormente dirigido por V. Ex.^a um subsidio que muito nos ajudaria a proceder á liquidação do mesmo.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 34.200,00€ (trinta e quatro mil e duzentos euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.** -----

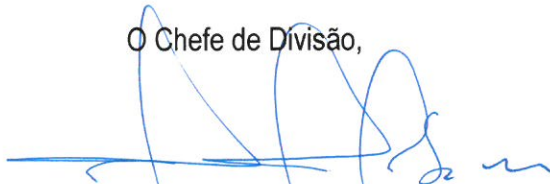
----- **O Senhor Vereador do PS, José Manuel Moreira Lopes, ausentou-se aquando da discussão e votação deste ponto.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião


----- 11 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)